



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de Setembro de 2013

ÍNDICE

1 - BALANÇO PATRIMONIAL

2 - DRE

3 - DRA

4 - DMPL

5 - DVA

6 - DFC

7 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 - COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

9 - RELATÓRIO AUDITOR – REVISÃO ESPECIAL

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2013	31/12/2012 <u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	159.103	252.479
Contas a receber de clientes e outros	5	755.987	987.586
Títulos e valores mobiliários	6	13.891	26.726
Recursos CDE	7	1.830	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	192.445	121.871
Estoques		11.664	14.018
Despesas pagas antecipadamente		10.179	1.637
Entidade de previdência privada		8.852	9.952
Serviços em curso	9	37.628	43.826
Outros ativos circulantes	11	50.394	31.391
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.241.973</u>	<u>1.489.486</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	92.777	133.441
Títulos e valores mobiliários	6	19.105	50.169
Impostos e contribuições a recuperar	8	74.084	75.407
Impostos e contribuições diferidos	10	182.986	236.966
Partes Relacionadas		176	257
Depósitos judiciais	12	191.299	183.748
Entidade de previdência privada		19.996	14.770
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	13	1.491.726	1.516.172
Outros ativos não circulantes	11	2.897	2.855
Outros investimentos		8.375	11.432
Intangível	14	3.647.688	3.079.510
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>5.731.109</u>	<u>5.304.727</u>
ATIVO TOTAL		<u>6.973.082</u>	<u>6.794.213</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	397.174	504.700
Empréstimos e financiamentos	16	606.315	290.934
Debêntures	17	104.633	185.967
Salários e encargos a pagar	18	54.714	48.395
Taxas regulamentares	19	23.644	59.199
Impostos e contribuições a recolher	20	128.763	125.218
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	2.930	167.595
Provisões	22	26.928	23.899
Outros passivos circulantes	23	173.405	113.920
TOTAL DO CIRCULANTE		1.518.506	1.519.827
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	28.957	27.397
Empréstimos e financiamentos	16	2.417.163	2.611.726
Debêntures	17	39.344	98.566
Taxas regulamentares	19	12.768	1.078
Impostos e contribuições a recolher	20	5.972	4.598
Provisões	22	155.374	140.824
Entidade de previdência privada		1.803	1.803
Partes Relacionadas		89	88
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	23	12.133	45.665
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.676.005	2.934.147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	24		
Capital social		542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.102.928	1.102.732
Outros resultados abrangentes		1.422	(6.097)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	3.391
Lucro do período		434.008	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.778.571	2.340.239
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		6.973.082	6.794.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.

	Notas	01/07/2013 a 30/09/2013	30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012 (Reapresentado)	30/09/2012 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	25	1.188.862	3.842.452	1.504.764	4.217.278
Custo do serviço	26	(891.145)	(2.760.713)	(1.043.864)	(2.942.496)
LUCRO BRUTO		297.717	1.081.739	460.900	1.274.782
Despesas com vendas	26	(81.770)	(272.374)	(154.218)	(366.335)
Despesas gerais e administrativas	26	(77.385)	(193.116)	(58.323)	(163.184)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		138.562	616.249	248.359	745.263
Resultado financeiro		(25.887)	(101.552)	(53.967)	(174.356)
Receita financeira	27	198.892	440.879	35.900	179.938
Despesa financeira	27	(224.779)	(542.431)	(89.867)	(354.294)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		112.675	514.697	194.392	570.907
Imposto de renda e contribuição social		(16.175)	(80.689)	(29.310)	(89.754)
Corrente		61.927	(70.363)	(61.585)	(207.361)
Diferido		(92.128)	(87.501)	855	11.878
Incentivo SUDENE		18.265	89.886	35.974	119.391
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL		(4.239)	(12.711)	(4.554)	(13.662)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		96.500	434.008	165.082	481.153
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,50	2,24	0,85	2,48
Preferencial A		0,50	2,24	0,85	2,48
Preferencial B		0,55	2,46	0,94	2,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	Notas	01/07/2013 a 30/09/2013	30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	30/09/2012
				<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Reapresentado)</u>
Lucro do período		96.500	434.008	165.082	481.153
Outros resultados abrangentes					
Efeitos CPC 33 (R1)		1.422	7.517	145	2.337
Ajustes ativos financeiros da Concessão		-	-	94.245	6.480
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão		-	-	(2.207)	(2.207)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		1.422	7.517	92.183	6.610
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		97.922	441.525	257.265	487.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Outros Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido	
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros A Realizar					Outras Reservas de Lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	616.687	108.433	-	-	448	45.244	(221.364)	284.091	2.073.752
Aumento de Capital													-
Distribuição de Reservas de Lucros													-
Reversão de dividendos prescritos									428				428
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	428	-	-	-	428
Ajustes retrospectivos (vide nota 2.3)											(73.700)		(73.700)
Lucro Líquido do Período											554.853		554.853
Efeitos CPC 33 (R1)										2.337			2.337
Ajustes ativos financeiros da Concessão										94.245			94.245
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão										(32.043)			(32.043)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.539	-	-	64.539
Destinações:													
Dividendos propostos												(284.091)	(284.091)
Saldos em 30 de setembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	616.687	108.433	-	-	876	109.783	259.789	-	2.335.781
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	757.788	108.433	125.518	110.118	875	(6.097)	-	3.391	2.340.239
Reversão de Dividendos / JSCP prescritos									198				198
Aprovação da proposta de dividendos adicional												(3.391)	(3.391)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	198	-	-	(3.391)	(3.193)
Lucro Líquido do Período											434.008		434.008
Efeitos CPC 33 (R1)										7.517			7.517
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.517	-	-	7.517
Saldos em 30 de setembro de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	757.788	108.433	125.518	110.118	1.073	1.420	434.008	-	2.778.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	<u>30/09/13</u>	<u>30/09/12</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reapresentado)
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	514.693	570.907
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	206.344	186.722
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	217.448	201.892
Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	(47.802)	(34.223)
Perda com baixa do ativo intangível em curso	20.384	80.562
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	23.803	20.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.462	70.843
	949.332	1.096.907
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	257.801	36.945
IR e CSLL a Recuperar	12.402	(96.754)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	3.385	(18.426)
Estoques	2.354	(1.101)
Subvenções / Recursos CDE	(1.830)	-
Depósitos judiciais	(8.379)	(36.505)
Despesas pagas antecipadamente	(8.542)	(7.568)
Entidade de previdência privada	7.266	12.110
Partes Relacionadas	81	(186)
Outros ativos	(43.646)	(45.193)
	220.892	(156.678)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(105.966)	53.278
Salários e encargos a pagar	6.319	19.449
Encargos de dívidas e swap pagos	(169.419)	(153.102)
Taxas regulamentares	(25.772)	(895)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	12.461	76.661
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(123.160)	(57.593)
Partes Relacionadas	-	3
Indenizações/contingências pagas	(36.495)	(21.442)
Outras passivos	25.954	(50.358)
	(416.078)	(133.999)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	754.146	806.230
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(820.587)	(977.018)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(316.618)	(177.744)
Resgate de títulos e valores mobiliários	363.689	184.369
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(773.516)	(970.393)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	260.637	279.030
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(158.706)	(114.554)
Amortização do principal de debêntures	(139.864)	(57.189)
Obrigações vinculadas	131.786	155.787
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(167.859)	(53.627)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(74.006)	209.447
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(93.376)	45.284
Caixa e equivalentes no início do período	252.479	180.756
Caixa e equivalentes no final do período	159.103	226.040
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(93.376)	45.284

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u> <u>(Reapresentado)</u>
RECEITAS		
Vendas de energia, serviços e outros	5.179.821	5.891.211
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.739)	(131.719)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(13.888)	(4.941)
	<u>5.120.194</u>	<u>5.754.551</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(1.683.085)	(1.703.286)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(110.928)	(227.285)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(1.135.383)	(1.208.636)
	<u>(2.929.396)</u>	<u>(3.139.207)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.190.798	2.615.344
Amortização*	(206.344)	(186.722)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.984.454	2.428.622
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	440.879	179.938
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.425.333	2.608.560
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	98.614	94.062
Encargos sociais (exceto INSS)	25.770	23.670
Entidade de previdência privada	7.321	4.918
Auxílio alimentação	11.719	10.037
Convênio assistencial e outros benefícios	4.279	4.135
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	11.139	11.925
Férias e 13º salário	25.567	24.856
Plano de saúde	10.582	10.180
Indenizações trabalhistas	15.971	2.575
Participação nos resultados	15.914	26.732
Administradores	2.638	1.814
Encerramento de ordem em curso	2.058	1.079
(-) Transferência para ordens	(45.968)	(68.918)
Subtotal	185.604	147.065
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	24.823	24.150
ICMS	848.197	971.971
PIS/COFINS sobre faturamento	233.196	283.613
Imposto de renda e contribuição social	80.689	89.754
Obrigações intra-setoriais	65.203	244.962
Outros	6.891	7.741
Subtotal	1.258.999	1.622.191
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	542.431	354.294
Aluguéis*	4.291	3.857
Subtotal	546.722	358.151
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	434.008	481.153
Subtotal	434.008	481.153
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	2.425.333	2.608.560

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 227.102 em 30 de setembro de 2013, devido à entrada no curto prazo de uma parcela dos Títulos Externos, no montante de R\$ 110.780, com vencimento em junho de 2014 e custo de 101,52% do CDI e da Nota de Crédito Comercial do Banco do Brasil, no montante de R\$ 140.789 (Principal + Encargos), com vencimento em abril de 2014.

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as suas obrigações operacionais de curto prazo. A regularização do CCL deverá ocorrer com a liquidação e/ou rolagem dos empréstimos até os seus vencimentos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 28/10/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

2.1. Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto quanto aos ajustes apresentados no item 2.3 abaixo.

2.3. Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas práticas contábeis e normas societárias.

(c) Reclassificações

- ✓ Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica de Contas a Receber para Outros Ativos Circulantes;
- ✓ Apresentação da dívida líquida das garantias vinculadas;
- ✓ Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- ✓ Reclassificação para apresentação de saldo com parte relacionada;
- ✓ Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012:

Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de setembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

ATIVO	Notas	31/12/2012	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	31/12/2012
		<u>Divulgado</u>			<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE		1.489.486	-	-	1.489.486
NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições diferidos	(a)/(b)	177.719	3.140	56.107	236.966
Entidade de previdência privada		24.006	(9.236)		14.770
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	1.713.486		(197.314)	1.516.172
Intangível	(b)	3.245.641		(166.131)	3.079.510
Outros não circulantes		407.140			407.140
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.618.161	(6.096)	(307.338)	5.304.727
ATIVO TOTAL		7.107.647	(6.096)	(307.338)	6.794.213

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2012	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Reclassificações para Melhor Apresentação	31/12/2012
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE		1.519.827	-	-	-	1.519.827
NÃO CIRCULANTE		2.934.148	-	-	-	2.934.148
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reservas de lucros		1.410.068			(307.338)	1.102.730
Outros resultados abrangentes	(a)	-	(6.096)			(6.096)
Prejuízo Acumulado	(b)	-		(307.338)	307.338	-
Outros PL		1.243.604				1.243.604
Total do patrimônio líquido		2.653.672	(6.096)	(307.338)	-	2.340.238
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.107.647	(6.096)	(307.338)	-	6.794.213

ATIVO	Notas	01/01/2012	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Reclassificações para Melhor Apresentação	01/01/2012
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros	(c)	923.069			15.988	939.057
Outros ativos circulantes	(c)	38.688			(15.988)	22.700
Outros circulantes		388.924				388.924
TOTAL DO CIRCULANTE		1.350.681	-	-	-	1.350.681
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários		52.598			(51.971)	627
Impostos e contribuições diferidos	(a)/(b)	74.753	1.453	40.412	124.319	240.937
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		208.586			(208.586)	-
Entidade de previdência privada		35.119	(4.274)			30.845
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	659.635		(140.982)		518.653
Intangível	(b)	3.280.862		(120.793)		3.160.069
Outros não circulantes		475.608				475.608
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.787.161	(2.821)	(221.364)	(136.238)	4.426.738
ATIVO TOTAL		6.137.842	(2.821)	(221.364)	(136.238)	5.777.419

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	01/01/2012	CPC 33 (R1)	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para Melhor Apresentação	01/01/2012
		Divulgado				(Reapresentado)
CIRCULANTE						
Fornecedores	(c)	395.410			(80)	395.330
Taxas regulamentares	(c)	52.454			1.779	54.233
Outros passivos circulantes	(c)	180.056			(1.779)	178.277
Outros circulantes		631.784				631.784
TOTAL DO CIRCULANTE		1.259.704	-	-	(80)	1.259.624
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	(c)	2.026.566			(51.971)	1.974.595
Impostos e contribuições diferidos	(c)	84.267			(84.267)	-
Partes Relacionadas	(c)	-			80	80
Outros não circulantes		469.368				469.368
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.580.201	-	-	(136.158)	2.444.043
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Outros resultados abrangentes	(a)	48.065	(2.821)			45.244
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		284.091				284.091
Prejuízo Acumulado	(b)	-		(221.364)		(221.364)
Outros PL		1.524.304				1.524.304
Total do patrimônio líquido		2.297.937	(2.821)	(221.364)	-	2.073.752
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		6.137.842	(2.821)	(221.364)	(136.238)	5.777.419

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 01/01/2012						
Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	725.569	48.065	284.090	2.297.937
Efeitos CPC 33 (R1)			(2.821)			(2.821)
Revisão Tarifária			(221.364)			(221.364)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	725.569	45.244	284.090	2.073.752
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 31/12/2012						
Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	1.410.068	-	3.391	2.653.672
Efeitos CPC 33 (R1)			(6.096)			(6.096)
Revisão Tarifária			(307.338)			(307.338)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	1.410.068	(6.096)	3.391	2.340.239

Demonstrações do Resultado referentes aos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	Demonstração do Resultado			Demonstração do Resultado		
		30/09/2012			01/07/2012 a 30/09/2012		
		Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		4.217.278		4.217.278	1.504.764		1.504.764
Custo do serviço	(b)	(2.959.221)	(70.892)	(3.030.113)	(1.073.669)	(32.931)	(1.106.600)
LUCRO BRUTO		1.258.057	(70.892)	1.187.165	431.095	(32.931)	398.164
Despesas com vendas		(278.718)		(278.718)	(91.482)		(91.482)
Despesas gerais e administrativas		(163.184)		(163.184)	(58.323)		(58.323)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		816.155	(70.892)	745.263	281.290	(32.931)	248.359
Resultado financeiro		(158.093)	(16.263)	(174.356)	(45.603)	(8.364)	(53.967)
Receita financeira	(b)	196.201	(16.263)	179.938	44.264	(8.364)	35.900
Despesa financeira		(354.294)		(354.294)	(89.867)		(89.867)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		658.062	(87.155)	570.907	235.687	(41.294)	194.393
Imposto de renda e contribuição social		(103.209)	13.455	(89.754)	(35.685)	6.375	(29.310)
Corrente		(207.361)		(207.361)	(61.585)		(61.585)
Diferido		(1.577)	13.455	11.878	(5.520)	6.375	855
Incentivo SUDENE		119.391		119.391	35.974		35.974
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL		(13.662)		(13.662)	(4.554)		(4.554)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		554.853	(73.700)	481.153	200.002	(34.920)	165.082

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

	Ref.	Demonstração do Fluxo de Caixa		
		30/09/2012		
		Publicado (Reclassificado*)	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais		841.662	(35.432)	806.230
Utilização de caixa em atividades de investimento	(b)	(1.005.819)	35.426	(970.393)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(b)	209.441	6	209.447
Redução no caixa e equivalentes de caixa		45.284	-	45.284
Caixa e equivalentes no início do período		180.756		180.756
Caixa e equivalentes no final do período		226.040		226.040
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		45.284	-	45.284

* Contempla as reclassificações para melhor apresentação

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	Demonstração do Valor Adicionado		
		30/09/2012		
		Publicado (Reclassificado*)	Ajustes	Reapresentado
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.695.715	(87.155)	2.608.560
Materiais, serviços de terceiros e outros	(b)	(1.136.055)	(72.580)	(1.208.635)
Amortização	(b)	(188.410)	1.688	(186.722)
Receitas financeiras	(c)	196.201	(16.263)	179.938
Outros		3.823.979	-	3.823.979
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2.695.715	(87.155)	2.608.560
Imposto de renda e contribuição social	(b)	103.209	(13.455)	89.754
Lucro / Prejuízos	(b)	554.853	(73.700)	481.153
Outros		2.037.653	-	2.037.653

* Contempla as reclassificações para melhor apresentação

3. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 010/97, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Coelba define a data de 22/04/2013 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

As metodologias aplicáveis ao 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs 457/2011 e 464/2011.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

A taxa de remuneração regulatória (WACC) incluída na tarifa cobrada aos clientes da Companhia foi de 11,36% antes dos impostos e corresponde à remuneração dos ativos que compõem a infra-estrutura da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível).

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de -4,03%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, a redução média foi de -9,90%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidiram nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013. O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.073 de 11/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 3.910.759.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL nº 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários foram contemplados nas demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2013.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	17.594	42.382
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10.022	1.663
Fundos de investimento	131.487	208.434
	<u>159.103</u>	<u>252.479</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100,8%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Consumidores	(a)	1.004.748	1.236.632
Títulos a receber		1.961	1.728
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.830	47.432
Disponibilização do sistema de distribuição		14.986	23.650
Serviços prestados a terceiros		13.261	11.733
Serviços taxados e administrativos		11.208	12.824
Subvenção	(c)	69.550	59.123
Outros créditos		36.716	31.939
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	<u>(318.496)</u>	<u>(304.034)</u>
Total		<u>848.764</u>	<u>1.121.027</u>
Circulante		755.987	987.586
Não circulante		92.777	133.441

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	173.846	97.260	203.064	474.170	571.091	(260.216)	(253.818)
Industrial	61.065	6.366	13.717	81.148	98.891	(3.893)	(4.138)
Comercial, serviços e outras	106.536	23.154	30.755	160.445	197.564	(14.173)	(14.226)
Rural	30.581	8.306	24.464	63.351	63.398	(5.927)	(6.418)
	<u>372.028</u>	<u>135.086</u>	<u>272.000</u>	<u>779.114</u>	<u>930.944</u>	<u>(284.209)</u>	<u>(278.600)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	3.320	762	1.192	5.274	6.854	(398)	(398)
Estadual	5.889	5.041	1.440	12.370	13.058	(2)	(2)
Municipal	12.349	5.807	2.266	20.422	24.308	(53)	(8)
	<u>21.558</u>	<u>11.610</u>	<u>4.898</u>	<u>38.066</u>	<u>44.220</u>	<u>(453)</u>	<u>(408)</u>
Iluminação pública	23.957	9.179	1.933	35.069	35.299	(36)	(43)
Serviço público	32.656	2.791	2.740	38.187	46.139	(715)	(514)
Fornecimento não faturado	114.312	-	-	114.312	180.030	-	-
Total	<u>564.511</u>	<u>158.666</u>	<u>281.571</u>	<u>1.004.748</u>	<u>1.236.632</u>	<u>(285.413)</u>	<u>(279.565)</u>
Circulante				917.255	1.107.860	(285.413)	(279.565)
Não circulante				87.493	128.772	-	-

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 69.550 (R\$ 59.123 em 31 de dezembro de 2012), relativos às subvenções dos meses de agosto e setembro de 2013.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)
Adições	(304.783)	(950)	(23.363)	(329.096)
Reversões	152.053	1.014	13.434	166.501
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(279.565)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>(22.961)</u>	<u>(304.034)</u>
Adições	(127.022)	(856)	(9.787)	(137.665)
Reversões	89.897	854	1.175	91.926
Baixados a reserva	31.277	-	-	31.277
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u><u>(285.413)</u></u>	<u><u>(1.510)</u></u>	<u><u>(31.573)</u></u>	<u><u>(318.496)</u></u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/13	31/12/12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	10.169	8.179
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	mai-14 / jul-14 / fev-15	CDIC	749	1.045
Banco Nordeste do Brasil	(c)	CDB	jun-13	CDI	18.012	43.927
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	4	11.684
Bradesco	(a)	LFT	set/13 / mar/14	CDI	29	16
Bradesco	(a)	CDB	set-13	CDI	10	2.184
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	jan-14 / fev-14/dez-14 / jan-15	CDI	1.396	7.374
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	2.627	2.486
Total					<u>32.996</u>	<u>76.895</u>
Circulante					13.891	26.726
Não circulante					19.105	50.169

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Carteira própria - Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Saldo em 01 de janeiro de 2012	35.294
Aplicações	174.358
Resgates	(135.392)
Remuneração	2.635
Saldos em 31 de dezembro de 2012	76.895
Aplicações	316.618
Resgates	(363.689)
Remuneração	3.172
Saldos em 30 de setembro de 2013	32.996

7. RECURSOS CDE

	Ref.	30/09/13
Encargos de serviço de sistema	(a)	6.299
Risco hidrológico	(b)	(5.381)
Frustração de cotas	(c)	912
Total		1.830

Em outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário.

Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à Aneel a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- a) Encargo do Serviço do Sistema: custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- b) Risco Hidrológico: valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e
- c) Frustração de cotas: custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	68.372	35.699
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	51.197	11.234
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	51.387	55.226
Programa de integração social - PIS	(c)	3.408	3.012
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	15.477	13.901
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.796	1.537
Outros		808	1.262
		<u>192.445</u>	<u>121.871</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	71.671	72.994
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413
		<u>74.084</u>	<u>75.407</u>
Total		<u>266.529</u>	<u>197.278</u>

- (a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.
- (b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:
- b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 122.634 (R\$ 118.397 em 31 de dezembro de 2012).

- b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 424 (R\$ 9.823 em 31 de dezembro de 2012).
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.
- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 22 – Provisões.

9. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Serviço próprio	9.613	5.898
Serviços prestados a terceiros	<u>28.015</u>	<u>37.928</u>
Total	<u><u>37.628</u></u>	<u><u>43.826</u></u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores em função do serviço público de energia elétrica, que é utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Na conclusão dos serviços e encerramento da ODS esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço técnico.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 23 – Outros Passivos).

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	5.332	46.598
Diferido ativo		104.547	175.702
Diferido passivo		(99.215)	(129.104)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	177.656	190.368
Total		<u>182.988</u>	<u>236.966</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo		31/12/12	
	30/09/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	24.088	6.059	283.417	20.483
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(8.092)	(729)	290.168	26.115
Total		<u>5.330</u>		<u>46.598</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Ativo	30/09/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.933	36.933	32.829	32.829
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão jurídicas	164.823	164.823	147.244	147.244
Provisão PLR	11.467	11.467	15.640	15.640
Incentivo fiscal Sudene	102.253	-	62.113	-
Baixa líquida de gastos capitalizados indevidamente	(69.432)	-	201.711	269.934
Ajustes RTT	-	-	-	-
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Ativos e passivos regulatórios	-	-	15.576	15.576
Encerramento de ordem de serviço	10.199	10.199	-	-
Outros	53.485	53.485	33.607	33.607
Total Ativo	316.724	283.903	515.716	521.826
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(4.319)	(4.319)	(4.154)	(4.154)
Ajustes RTT	-	-	-	-
Valor justo de derivativos financeiros	(10.576)	(10.576)	(9.171)	(9.171)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(133.217)	(132.577)	(85.415)	(84.774)
Ajuste da quota anual de amortização	(22.464)	(22.464)	(20.234)	(20.234)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(63.081)	(63.081)	(65.947)	(65.947)
Déficit plano previdenciário	(308)	(308)	(308)	(308)
Superávit plano previdenciário	(28.733)	(28.732)	(24.606)	(24.606)
Ativos e passivos regulatórios	(22.989)	(22.989)	(13.119)	(13.119)
Custo de captação	(6.949)	(6.949)	(9.345)	(9.345)
Total Passivo	(292.636)	(291.995)	(232.299)	(231.658)
Total Líquido	24.088	(8.092)	283.417	290.168

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subseqüentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de setembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Ref.	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/13		30/09/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	514.697	514.697	570.907	570.907
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(12.711)	(12.711)	(13.662)	(13.662)
Ajustes decorrentes do RTT	(53.974)	(53.974)	6.492	6.492
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	448.012	448.012	563.737	563.737
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	112.003	40.321	140.934	50.736
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	13	-	13
Contribuições e doações	61	22	181	65
Multas indedutíveis	61	22	1.994	718
Depreciação veículos executivos	30	11	39	14
Outras adições	5.472	1.681	224	107
	5.624	1.749	2.438	917
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(6.169)	(2.221)	(6.631)	(2.387)
Incentivo fiscal SUDENE	(89.887)	-	(119.389)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.821)	-	(2.725)	-
	(97.877)	(2.221)	(128.745)	(2.387)
Imposto de renda e contribuição social no período	19.750	39.849	14.627	49.266
Diferido de diferença temporária de RTT	3.504	4.875	12.771	(572)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	23.254	44.724	27.398	48.694
Corrente	(38.428)	18.905	32.331	55.639
Recolhidos e Pagos	25.899	38.549	24.002	33.591
Á pagar	-	1.066	2.347	6.261
Compensados e deduzidos	2.604	-	6.281	16.105
Impostos antecipados a recuperar	(66.931)	(20.710)	(299)	(318)
Diferido	61.682	25.819	(4.933)	(6.945)
	23.254	44.724	27.398	48.694

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	30/09/13		30/09/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	112.675	112.675	194.392	194.392
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.239)	(4.239)	(4.554)	(4.554)
Ajustes decorrentes do RTT	(39.003)	(39.003)	(42.962)	(42.962)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	69.433	69.433	146.876	146.876
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	17.358	6.249	36.719	13.219
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	6	-	4
Contribuições e doações	59	21	163	59
Multas indedutíveis	20	7	487	175
Depreciação veículos executivos	13	5	7	3
Outras adições	2.865	1.069	288	139
	2.957	1.108	945	380
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.056)	(740)	(2.210)	(796)
Incentivo fiscal SUDENE	(18.266)	-	(35.973)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(643)	-	(1.825)	-
	(20.965)	(740)	(40.008)	(796)
Imposto de renda e contribuição social no período	(650)	6.617	(2.344)	12.803
Diferido de diferença temporária de RTT	2.453	3.516	10.426	3.871
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.803	10.133	8.082	16.674
Corrente	(64.557)	(15.635)	8.797	16.814
Recolhidos e Pagos	6.276	9.178	4.955	10.304
Á pagar	(6.374)	(4.484)	(2.620)	(963)
Compensados e deduzidos	2.604	-	6.281	7.432
Impostos antecipados a recuperar	(67.063)	(20.329)	181	41
Diferido	66.360	25.768	(715)	(140)
	1.803	10.133	8.082	16.674

Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (R1) (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n°s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

11. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		2.392	4.602
Adiantamentos a fornecedores		18.306	7.662
Serviços prestados a terceiros		3.654	1.694
Alienações em curso		290	59
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	4.319	4.154
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	13.119	6.640
Cobrança extra judicial		824	665
Uso mútuo de postes		5.688	4.344
Sub-rogação CCC		1.492	1.651
Outros créditos a receber		3.207	2.775
Total		<u>53.291</u>	<u>34.246</u>
Circulante		50.394	31.391
Não circulante		2.897	2.855

- (a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as oito primeiras parcelas anuais.
- (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Trabalhistas		106.770	97.212
Cíveis		58.770	52.262
Fiscais:		<u>21.203</u>	<u>30.594</u>
PIS / COFINS		2.192	12.416
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	8.338	7.928
Impostos municipais	(b)	2.333	2.237
ICMS	(c)	6.151	5.882
INSS		687	666
Outros		1.502	1.465
Outros		4.556	3.680
Total		<u>191.299</u>	<u>183.748</u>

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 14).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº 12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		518.653
Baixas	(a)	(39.462)
Transferências		948.505
Atualização monetária		88.476
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.516.172
Baixas		(2.645)
Reversão		8.466
Transferências	(b) / (c)	(78.070)
Atualização monetária		47.802
Saldos em 30 de setembro de 2013		1.491.726

- (a) Conforme mencionado na Nota 2, item 2.3, letra (b), em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica a Companhia realizou uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão e identificou itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procedeu ajustes retrospectivos dos registros contábeis em conformidade com o CPC 23 – Retificação de Erro.
- (b) Redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRT, Despacho ANEEL no. 1.073 de 11 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.
- (c) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

14. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	30/09/2013				31/12/12	01/01/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço							
Direito de uso da concessão	3,94	4.348.754	(1.366.571)	(262.265)	2.719.918	2.388.259	2.471.983
Em curso							
Direito de uso da concessão		935.403		(7.633)	927.770	691.251	688.086
Total		<u>5.284.157</u>	<u>(1.366.571)</u>	<u>(269.898)</u>	<u>3.647.688</u>	<u>3.079.510</u>	<u>3.160.069</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	3.738.896	(882.293)	(384.620)	2.471.983	600.743	87.343	688.086	3.160.069
Adições	-	-	-	-	1.406.501	(237.928)	1.168.573	1.168.573
Baixas	(110.823)	47.863	-	(62.960)	(7.666)	-	(7.666)	(70.626)
Amortizações	-	(321.761)	85.307	(236.454)	-	-	-	(236.454)
Transferências - Intangíveis	813.753	-	(83.061)	730.692	(813.753)	83.061	(730.692)	-
Transferências - Ativos financeiros	(607.182)	-	91.782	(515.400)	(520.931)	87.826	(433.105)	(948.505)
Transferências - Outros	-	-	398	398	(5.156)	11.211	6.055	6.453
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3.834.644</u>	<u>(1.156.191)</u>	<u>(290.194)</u>	<u>2.388.259</u>	<u>659.738</u>	<u>31.513</u>	<u>691.251</u>	<u>3.079.510</u>
Adições	-	-	-	-	820.587	(140.253)	680.334	680.334
Baixas	(68.315)	57.990	-	(10.325)	(6.744)	-	(6.744)	(17.069)
Amortizações	-	(268.370)	69.041	(199.329)	-	-	-	(199.329)
Transferências - Intangíveis	296.631	-	(52.048)	244.583	(296.631)	52.048	(244.583)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a) 277.321	-	-	277.321	(243.904)	44.653	(199.251)	78.070
Transferências - Outros	8.473	-	10.936	19.409	2.357	4.406	6.763	26.172
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>4.348.754</u>	<u>(1.366.571)</u>	<u>(262.265)</u>	<u>2.719.918</u>	<u>935.403</u>	<u>(7.633)</u>	<u>927.770</u>	<u>3.647.688</u>

(a) Conforme item (c) da Nota Explicativa 13 acima.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição, limitada ao prazo de vencimento da concessão, dos dois o menor. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Fornecedores	30/09/13	31/12/12
Energia elétrica:	243.410	321.656
Terceiros	195.573	275.726
Partes relacionadas	47.837	45.930
Encargos de uso da rede	14.269	31.019
Terceiros	12.352	28.968
Partes relacionadas	1.917	2.051
Materiais e serviços	139.495	152.025
Terceiros	139.096	151.609
Partes relacionadas	399	416
Energia livre	28.957	27.397
Total	<u>426.131</u>	<u>532.097</u>
Circulante	<u>397.174</u>	<u>504.700</u>
Não circulante	28.957	27.397

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos			Principal			Total		
			Circulante	Circulante	Não circulante	30/09/13	31/12/12	01/01/12			
Moeda nacional											
BNB		10,00% a.a. a 13,20% a.a.	1.367	65.864	222.091	289.322	339.021	389.340			
(-) Custos de transação			-	(762)	(1.215)	(1.977)	(2.675)	(3.752)			
			1.367	65.102	220.876	287.345	336.346	385.588			
BNDES FINEM	(a.1)	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	2.429	184.095	709.077	895.601	741.778	521.705			
(-) Custos de transação			-	(72)	(215)	(287)	(41)	(81)			
			2.429	184.023	708.862	895.314	741.737	521.624			
Eletrobrás		5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	25.808	146.000	171.808	180.906	170.163			
(-) Custos de transação			-	(258)	(1.039)	(1.297)	(1.250)	(636)			
			-	25.550	144.961	170.511	179.656	169.527			
FINEP	(a.2)	5,27% a.a. a 5,34% a.a.	109	11.082	42.477	53.668	49.940	51.497			
(-) Custos de transação			-	(129)	(211)	(340)	(315)	(358)			
			109	10.953	42.266	53.328	49.625	51.139			
Banco do Brasil	(a.3)	13,55% a.a. / 13,76% a.a.	48.390	101.836	300.000	450.226	450.121	536.072			
(-) Custos de transação			-	(1.401)	(649)	(2.050)	(3.109)	(5.365)			
Operações com swap			-	(13.419)	-	(13.419)	(14.757)	(6.014)			
			48.390	87.016	299.351	434.757	432.255	524.693			
BONDS BRL		12,19% a.a. a 12,28% a.a.	19.975	-	400.000	419.975	408.225	408.225			
(-) Custos de transação			-	(865)	(1.363)	(2.228)	(2.877)	(3.627)			
			19.975	(865)	398.637	417.747	405.348	404.598			
Total moeda nacional			72.270	371.779	1.814.953	2.259.002	2.144.967	2.057.169			
Moeda estrangeira											
Títulos Externos		Libor + 1,875% a.a	2.006	115.429	219.972	337.407	310.745	273.156			
Operações com swap		106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	(3.379)	(42.842)	(46.221)	(27.489)	9.214			
			2.006	112.050	177.130	291.186	283.256	282.370			
BANK OF AMERICA		Libor 3M + 1,7% a.a.	339	8.564	430.657	439.560	401.252	-			
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-			
Operações com swap		CDI + 0,552% a.a., CDI +	-	29.477	(61.460)	(31.983)	6.752	-			
			339	38.041	369.197	407.577	408.004	-			
Banco Tokio		Libor 3M + 0,8% a.a.	46	1.181	104.527	105.754	95.860	-			
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-			
Operações com swap		CDI + 0,60% a.a.	-	8.603	(11.299)	(2.696)	7.316	-			
			46	9.784	93.228	103.058	103.176	-			
Total moeda estrangeira			2.391	159.875	639.555	801.821	794.436	282.370			
(-) Garantias depósitos vinculados			-	-	(37.345)	(37.345)	(36.743)	(51.971)			
Total			74.661	531.654	2.417.163	3.023.478	2.902.660	2.287.568			

(a) Captações e renegociações de recursos no trimestre:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 151.605 para financiamento de investimentos realizados em 2013, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

a.2) Eletrobrás – A Companhia recebeu R\$ 12.206 para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR, provenientes do Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche), assinado em janeiro de 2012 e aditado em agosto de 2013.

a.3) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu R\$ 10.966 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em fevereiro de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os Títulos Externos, os empréstimos em moeda estrangeira com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Empréstimos em moeda estrangeira, com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. – Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

	30/09/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	-	-	-
2014	167.320	(819)	166.501	584.918	(3.288)	581.630
2015	673.778	(2.061)	671.717	635.552	(1.944)	633.608
2016	669.801	(906)	668.895	624.728	(808)	623.920
2017	558.604	(404)	558.200	513.973	(327)	513.646
2018	275.706	(205)	275.501	253.140	(149)	252.991
Após 2018	113.990	(296)	113.694	42.885	(211)	42.674
Total obrigações	<u>2.459.199</u>	<u>(4.691)</u>	<u>2.454.508</u>	<u>2.655.196</u>	<u>(6.727)</u>	<u>2.648.469</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(37.345)			(36.743)
Total			<u><u>2.417.163</u></u>			<u><u>2.611.726</u></u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	280.726	1.724.472	32.247	250.123	2.287.568
Ingressos	-	344.755	-	519.505	864.260
Encargos	171.898	14.687	8.337	-	194.922
Varição monetária e cambial	-	-	478	16.525	17.003
Swap	-	(4.683)	8.762	(7.476)	(3.397)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(46)	(354)	(6.732)	(7.132)
Transferências	214.347	(221.368)	32.283	(32.283)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(435.344)	-	(26.979)	-	(462.323)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.228	-	-	15.228
(-) Custos de transação	4.533	(981)	-	-	3.552
Saldos em 31 de dezembro de 2012	236.160	1.872.064	54.774	739.662	2.902.660
Ingressos	-	260.637	-	-	260.637
Encargos	129.273	5.208	13.012	-	147.493
Varição monetária e cambial	-	-	967	73.880	74.847
Swap	(2.675)	(2.305)	28.231	(70.130)	(46.879)
Efeito cumulativo marcação a mercado	94	(51)	(6.463)	5.162	(1.258)
Transferências	356.724	(356.724)	109.019	(109.019)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(278.233)	-	(37.274)	-	(315.507)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(602)	-	-	(602)
(-) Custos de transação	2.706	(619)	-	-	2.087
Saldos em 30 de setembro de 2013	444.049	1.777.608	162.266	639.555	3.023.478

17. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	30/09/13			31/12/12	
						Encargos	Principal		Total	Total
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		123	6.560	-	6.683	12.595
Operações com swap					IGPM+13,95		15.980	-	15.980	30.719
						123	22.540	-	22.663	43.314
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		3.456	78.642	39.356	121.454	158.235
(-) Custos de transação							(128)	(12)	(140)	(326)
						3.456	78.514	39.344	121.314	157.909
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		-	-	-	-	83.313
(-) Custos de transação						-	-	-	-	(3)
						-	-	-	-	83.310
Total						3.579	101.054	39.344	143.977	284.533

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/09/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	39.356	(12)	39.344	98.659	(93)	98.566
Total	39.356	(12)	39.344	98.659	(93)	98.566

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	102.932	272.532	375.464
Encargos	27.313	-	27.313
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	177.557	(177.557)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(125.589)	-	(125.589)
(-) Custos de transação	472	-	472
Saldos em 31 de dezembro de 2012	185.967	98.566	284.533
Ingressos	-	-	-
Encargos	9.085	-	9.085
Variação monetária e cambial	575	(45)	530
Swap	1.785	483	2.268
Efeito cumulativo marcação a mercado	(143)	(3)	(146)
Transferências	59.658	(59.657)	1
Amortizações e pagamentos de juros	(152.482)	-	(152.482)
(-) Custos de transação	188	-	188
Saldos em 30 de setembro de 2013	104.633	39.344	143.977

18. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/09/13	31/12/12
Salários	3.124	3.179
Encargos sociais	10.334	7.638
Provisões férias e 13º salário	27.747	18.310
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.885	3.400
Provisão PLR	(a) 11.467	15.641
Outros	157	227
Total	54.714	48.395

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 11.467 (R\$ 15.641 em 31/12/2012).

19. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	8.740
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		877	3.162
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.434	1.842
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	27.282	35.898
Programa de Eficiência Energética - PEE	(a)	5.753	7.330
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		811	760
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	2.190
Ministério de Minas e Energia - MME		255	355
Total		<u>36.412</u>	<u>60.277</u>
Circulante		23.644	59.199
Não circulante		12.768	1.078

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	30/09/13	31/12/12
Circulante		
Imposto de renda - IR	17.446	4.891
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	19.306	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	36.130	49.171
Programa de integração social - PIS	6.166	8.564
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	27.311	38.662
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.095	4.002
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	941	1.053
Imposto sobre serviços - ISS	377	606
Impostos e contribuições retidos na fonte	13.013	12.592
Outros	4.978	5.677
	<u>128.763</u>	<u>125.218</u>
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	5.065	3.854
Programa de integração social - PIS	320	309
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	445	435
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	142	-
	<u>5.972</u>	<u>4.598</u>
Total	<u>134.735</u>	<u>129.816</u>

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar acumulada até o terceiro trimestre de 2013, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.247
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	397.257
Propostos	52.933
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.548)
Pagos no período	(311.866)
Prescritos	(428)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	167.595
Declarados	3.392
Pagos no período	(167.859)
Prescritos	(198)
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>2.502</u>

22. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 26.928, classificadas no passivo circulante (R\$ 23.899 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 155.374 no não circulante (R\$ 140.824 em 31 de dezembro de 2012) estão compostas como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	87.599	47.914	11.423	17.787	164.723
Constituição	19.704	17.328	603	-	37.635
Baixas/reversão	(27.415)	(22.007)	(904)	-	(50.326)
Atualização	18.262	8.724	908	2.376	30.270
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>98.150</u>	<u>51.959</u>	<u>12.030</u>	<u>20.163</u>	<u>182.302</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		30/09/13	31/12/12
Ex-empregados da Companhia	57.773	1ª, 2ª e 3ª	Provável	57.773	49.241
	223.467	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	62.594	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	33.967	1ª, 2ª e 3ª	Provável	33.967	32.338
	187.602	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	40.556	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	6.410	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.410	6.020
	28.056	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	14.310	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>654.735</u>			<u>98.150</u>	<u>87.599</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/13	31/12/12
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	11.704	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.704	11.192
Indenização por perdas	(b)	37.972	1ª, 2ª e 3ª	Provável	37.972	35.623
		694.004	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.569	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		2.666	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. energia e produtos	(c)	156	1ª, 2ª e 3ª	Provável	156	3
		18.511	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.912	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(c)	1.968	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.968	826
		55.990	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.249	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		82	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(c)	159	1ª, 2ª e 3ª	Provável	159	270
		4.733	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.191	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		864.866			51.959	47.914

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes-Plano Cruzado- Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27/01 e de 04/03, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Contingências Fiscaias	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/13	31/12/12
ICMS	(a)	117.875	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.259	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.259	2.177
		19.586	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		5.068	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	11.537	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4
		1.113	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.453	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(e)	18.987	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	31.949	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	5.875	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.482	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(h)	442.678	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	4.531	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.531	5.090
		128	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	3.492	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CIDE	(k)	5.321	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		1.951	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	5.096	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		5.236	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.236	4.007
		1.259	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>704.506</u>			<u>12.030</u>	<u>11.423</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.2) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.3) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.4) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA, aplicando multas pela falta de cumprimento de obrigação acessória. Baseadas no art. 42, inciso IX da lei 7.014/96, pela falta de escrituração das notas fiscais de entrada. A companhia protocolou defesa administrativa anexando documentações que evidencia a alegação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis aos contribuintes.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços às suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g) COFINS

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k) CIDE

(k.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k.2) Despacho Decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de CIDE, do ano-calendário 2003, com crédito da mesma contribuição apurado em dezembro de 2001. A SRF alegou que não conseguiu visualizar a existência do crédito fiscal informado nas obrigações acessórias (DCTF) e indeferiu o processo. A Companhia impetrou recurso administrativo e está aguardando o julgamento.

(l) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/09/13	31/12/12
Auto de Infração ANEEL	(a)	20.163	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20.163	17.787
	(b) / (c)	17.689	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>37.852</u>			<u>20.163</u>	<u>17.787</u>

- (a) Termo de Notificação referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL.
- (b) Termos de Notificação referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos elétricos por oscilações no sistema de distribuição e operação e manutenção do sistema de distribuição.
- (c) Termo de notificação referente à fiscalização técnica realizada pela ANEEL em 2012, abordando, principalmente, operação e manutenção no sistema de distribuição. A Companhia impetrou, em 09/09/2013, recurso administrativo na ANEEL, juntamente com Pedido de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC.

23. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/13	31/12/12
Consumidores	(a)	27.704	33.558
Plano de saúde	(b)	(1.843)	10.497
Contribuição custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		2.095	2.791
Convênios		161	209
Caução em garantia	(c)	89.829	76.763
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBEE		98	108
Adiantamentos recebidos consumidores ou terceiros	(e)	24.479	23.977
Adiantamentos Subvenção CDE	(d)	26.548	-
Outras		16.260	11.475
Total		<u>185.538</u>	<u>159.585</u>
Circulante		173.405	113.920
Não circulante		12.133	45.665

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (d) Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. Em 30 de setembro de 2013 o saldo de R\$ 66.370 refere-se às parcelas recebidas antecipadamente dos meses de julho a novembro de 2013, homologadas pela ANEEL através do Despacho 1.711 de 29 de maio de 2013.
- (e) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 9 – Serviços em Curso).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais						
	Única	%	A	%	B	%			
Neoenergia S.A .	98.122.083	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.890	87,8	
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5	
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3	
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4	
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0	

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais						
	Única	%	A	%	B	%			
Neoenergia S.A .	282.702.413	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.245	87,8	
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5	
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3	
Outros	6.530.728	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.680	1,4	
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0	

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 o valor de R\$ 89.886 (R\$ 119.391 em 30 de setembro de 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

25. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
		30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Fornecimento de energia	(a)	567.736	661.337	1.547.785	1.915.979
Receita de distribuição		506.538	590.204	1.348.693	1.698.933
Remuneração financeira wacc		61.198	71.133	199.092	217.046
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	-	28.410	2	30.840
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	768.636	969.143	2.771.209	3.054.976
Receita de distribuição		766.459	964.782	2.763.102	3.042.788
Remuneração financeira wacc		2.177	4.361	8.107	12.188
Receita de construção da infraestrutura da concessão		212.130	363.690	736.091	842.391
Outras receitas	(d)	39.262	15.926	124.734	47.025
Total receita bruta		1.587.764	2.038.506	5.179.821	5.891.211
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(398.902)	(533.742)	(1.337.369)	(1.673.933)
Total receita operacional líquida		1.188.862	1.504.764	3.842.452	4.217.278

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	Ref.	Período acumulado de nove meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores:							
Residencial		4.677.376	4.504.366	4.572.611	4.140.386	1.820.932	2.041.180
Industrial		19.444	19.853	1.910.298	2.154.830	502.518	704.956
Comercial		326.548	313.171	2.236.720	2.124.446	968.918	1.119.706
Rural		207.381	200.426	1.109.897	1.036.987	201.050	231.021
Poder público		46.392	46.393	497.715	467.376	187.473	218.538
Iluminação pública		16.321	16.160	650.877	586.757	115.357	126.861
Serviço público		10.087	9.475	642.204	611.962	132.187	153.605
Consumo próprio		411	394	11.512	10.791	-	-
Suprimento		-	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(65.718)	(12)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(2.663.645)	(2.923.717)
		5.303.960	5.110.239	11.631.834	11.133.535	1.199.072	1.672.138
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	348.713	243.841
Total		5.303.960	5.110.239	11.631.834	11.133.535	1.547.785	1.915.979

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores:						
Residencial	4.677.376	4.504.366	1.484.402	1.315.709	536.365	649.877
Industrial	19.444	19.853	661.543	706.036	167.304	240.100
Comercial	326.548	313.171	706.584	661.058	288.374	359.835
Rural	207.381	200.426	397.604	375.685	67.371	83.548
Poder público	46.392	46.393	157.137	147.005	56.246	71.852
Iluminação pública	16.321	16.160	226.508	197.946	38.596	43.489
Serviço público	10.087	9.475	216.677	202.832	43.313	53.687
Consumo próprio	411	394	3.658	3.370	-	-
Suprimento	-	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(23.332)	(2.530)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(738.333)	(921.443)
	<u>5.303.960</u>	<u>5.110.239</u>	<u>3.854.113</u>	<u>3.609.641</u>	<u>435.904</u>	<u>578.415</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	131.832	82.922
Total	<u>5.303.960</u>	<u>5.110.239</u>	<u>3.854.113</u>	<u>3.609.641</u>	<u>567.736</u>	<u>661.337</u>

(*) Informações não revisadas

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

<u>Revisão Tarifária</u>	<u>Ref.</u>	
Receita Verificada (RV)	(1)	4.120.723
Encargos Setoriais		237.360
Compra de Energia Elétrica		1.856.107
Transporte de Energia		130.674
Parcela A		<u>2.224.141</u>
Parcela B (com ajustes 2º CRTP e Mercado)		<u>1.687.015</u>
Receita Requerida - RR (Parcela A +B)	(2)	3.911.156
Outras Receitas (OR)	(3)	34.164
CVA e Neutralidade		<u>- 5.080</u>
Subsídios Tarifários		<u>37.990</u>
Outros Componentes Financeiros		<u>-39.330</u>
Total Comp. Financeiros e Subsídios		<u>-6.420</u>
Reposicionamento Tarifário [(2) - (3)] / (1)]	(4)	-5,91%
Componentes Financeiros e Subsídios	(5)	<u>-0,15%</u>
Reposicionamento Tarifário Total [(4) + (5)]		<u>-6,06%</u>
Efeito Médio Percebido pelo Consumidor (*)		<u><u>-7,92%</u></u>

(*) Informações não revisadas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	30.302	47.700	107.564	131.259
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	738.334	921.443	2.663.645	2.923.717
	<u>768.636</u>	<u>969.143</u>	<u>2.771.209</u>	<u>3.054.976</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras Receitas

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Renda da prestação de serviços	14.349	3.541	24.935	10.141
Arendamentos e aluguéis	7.954	7.094	21.598	21.626
Serviço taxado	3.062	3.472	9.133	8.207
Taxa de iluminação pública	1.145	1.178	3.735	3.751
Administração de faturas de fraudes	386	(825)	747	(217)
Comissão serviços de terceiros	585	992	2.535	3.043
Ressarcimento Energia	10.033	-	60.303	-
Outras receitas	1.748	474	1.748	474
	<u>39.262</u>	<u>15.926</u>	<u>124.734</u>	<u>47.025</u>

(e) Deduções da Receita Bruta

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
IMPOSTOS:				
ICMS	(254.000)	(314.974)	(848.197)	(971.971)
PIS	(23.071)	(26.137)	(76.308)	(81.951)
COFINS	(106.442)	(120.269)	(351.454)	(377.441)
ISS	(1.182)	(1.398)	(3.352)	(4.450)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	(21.305)	(5.378)	(58.355)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.632)	(9.487)	(7.894)	(28.460)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(26.221)	(8.740)	(108.721)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(4.826)	(5.076)	(14.199)	(15.512)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.930)	(2.029)	(6.335)	(6.198)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(965)	(1.014)	(3.167)	(3.099)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.930)	(2.029)	(6.335)	(6.198)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.924)	-	(5.770)	-
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(3.043)	(240)	(9.298)
Ministério de Minas e Energia - MME	-	(760)	-	(2.279)
Total	(398.902)	(533.742)	(1.337.369)	(1.673.933)

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/13			30/09/12
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(74.235)	(47.616)	(78.102)	(199.953)
Administradores	-	-	(3.153)	(3.153)
Entidade de previdência privada	(3.581)	(1.395)	(2.345)	(7.321)
Material	(19.946)	(1.117)	(825)	(21.888)
Serviços de terceiros	(147.400)	(140.662)	(65.954)	(354.016)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(7.145)	-	-	(7.145)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.504.458)	-	-	(1.504.458)
Encargos de uso de rede	(100.689)	-	-	(100.689)
Amortização	(163.422)	(31.027)	(6.221)	(200.670)
Arrendamentos e aluguéis	(819)	(158)	(3.036)	(4.013)
Tributos	(224)	(1.778)	(1.537)	(3.539)
Provisões líquidas - PCLD	-	(14.463)	-	(14.463)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(31.276)	-	(31.276)
Provisões líquidas - soringências	-	-	13.295	13.295
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(736.091)	-	-	(736.091)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento /desativação	-	-	(13.888)	(13.888)
Outros	(2.703)	(2.882)	(31.350)	(36.935)
Total custos / despesas	(2.760.713)	(272.374)	(193.116)	(3.226.203)

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/09/13		30/09/12		
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(24.179)	(14.537)	(34.024)	(72.740)	(61.971)
Administradores	-	-	(1.702)	(1.702)	(750)
Entidade de previdência privada	(1.201)	(504)	(771)	(2.476)	(2.387)
Material	(12.447)	(396)	(218)	(13.061)	(2.635)
Serviços de terceiros	(54.676)	(47.797)	(22.433)	(124.906)	(125.754)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.432)	-	-	(2.432)	(2.281)
Energia elétrica comprada para revenda	(497.122)	-	-	(497.122)	(520.799)
Encargos de uso do sistema transmissão	(37.973)	-	-	(37.973)	(72.890)
Depreciação e amortização	(48.565)	(8.258)	(2.521)	(59.344)	(64.207)
Arrendamentos e aluguéis	(354)	(71)	(1.112)	(1.537)	(1.239)
Tributos	(8)	(3)	(306)	(317)	(512)
Provisões líquidas - PCLD	-	3.964	-	3.964	(5.187)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(13.137)	-	(13.137)	(20.381)
Provisões líquidas - sonegâncias	-	-	11.789	11.789	(5.263)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(212.130)	-	-	(212.130)	(363.690)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(13.625)	(13.625)	(726)
Outros	(58)	(1.031)	(12.462)	(13.551)	(5.733)
Total custos / despesas	(891.145)	(81.770)	(77.385)	(1.050.300)	(1.256.405)

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Renda de aplicações financeiras	6.308	5.272	15.639	14.404
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	15.586	20.716	57.823	62.502
Variação monetária	21.553	5.059	47.834	22.500
Variação cambial	57.683	3.016	92.077	29.612
Operações swap	64.329	5.705	168.936	55.845
Receita Financeira da Concessão	29.946	(8.364)	47.802	(16.263)
Outras receitas financeiras	3.487	4.496	10.768	11.338
Total	198.892	35.900	440.879	179.938

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Encargos de dívida	(46.891)	(47.261)	(136.364)	(141.309)
Variação monetária	(32.772)	(14.442)	(76.655)	(43.546)
Variação cambial	(63.336)	(4.494)	(167.393)	(53.802)
Operações swap	(76.188)	(9.253)	(133.087)	(53.790)
Multas regulatórias	(2.858)	(4.973)	(20.773)	(25.186)
Perda acréscimos moratórios	(310)	(592)	(1.088)	(10.572)
Outras despesas financeiras	(2.423)	(8.852)	(7.071)	(26.089)
Total	(224.779)	(89.867)	(542.431)	(354.294)

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
30 de setembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/13			31/12/12		30/09/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	b)	Uso da Rede	-	148	(2.173)	-	347	(5.585)
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	967	-	-	685	-	-
			967	148	(2.173)	685	347	(5.585)
COSERN	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	114	-	-	107	-	-
			114	-	-	107	-	-
TERMOPERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	13.178	(67.555)	-	11.676	(61.189)
			-	13.178	(67.555)	-	11.676	(61.189)
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	25	-	201	31	-	182
	a.1)	Energia comprada	-	28.989	(255.841)	-	27.646	(241.266)
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.518	-	-	1.076	-	-
			1.544	28.989	(255.640)	1.107	27.646	(241.084)
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	126	(4.579)	-	2.104	(6.564)
		Reembolso de despesa	-	-	-	2	-	-
			-	126	(4.579)	2	2.104	(6.564)
BAGUARI I	a.2)	Energia comprada	-	413	(2.741)	-	400	(2.605)
			-	413	(2.741)	-	400	(2.605)
BAHIA PCH I	b)	Uso da Rede	60	-	533	64	-	565
			60	-	533	64	-	565
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	139	(923)	-	138	(871)
			-	139	(923)	-	138	(871)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	227
			-	-	-	-	-	227
GOIAS SUL	a.2)	Energia comprada	-	254	(1.689)	-	252	(1.592)
			-	254	(1.689)	-	252	(1.592)
SE NARANDIBA	d)	Uso da Rede	-	393	(2.638)	-	382	(2.422)
			-	393	(2.638)	-	382	(2.422)
AFLUENTE GERAÇÃO	a.1)	Energia comprada	-	2.053	(18.173)	-	1.979	(17.387)
	b)	Uso da Rede	85	-	790	91	-	807
			85	2.053	(17.382)	91	1.979	(16.580)
AFLUENTE TRANSMISSÃO	g)	Energia fornecida	5	-	56	8	-	-
	d)	Uso da Rede	-	1.376	(9.026)	-	1.322	(8.305)
	e)	Aluguel/Comodato	-	2	(17)	-	2	(14)
			5	1.378	(8.987)	8	1.324	(8.319)
ÁGUAS DA PEDRA	a.2)	Energia comprada	-	1.838	(9.125)	-	1.735	(10.945)
			-	1.838	(9.125)	-	1.735	(10.945)
CALANGO 1	a.2)	Energia comprada	-	89	(89)	-	-	-
			-	89	(89)	-	-	-
CALANGO 2	a.2)	Energia comprada	-	76	(76)	-	-	-
			-	76	(76)	-	-	-
CALANGO 3	a.2)	Energia comprada	-	89	(89)	-	-	-
			-	89	(89)	-	-	-
CALANGO 4	a.2)	Energia comprada	-	82	(82)	-	-	-
			-	82	(82)	-	-	-
CALANGO 5	a.2)	Energia comprada	-	87	(87)	-	-	-
			-	87	(87)	-	-	-
MEL 2	a.2)	Energia comprada	-	60	(403)	-	-	-
			-	60	(403)	-	-	-
ARIZONA 1	a.2)	Energia comprada	-	217	(217)	-	-	-
			-	217	(217)	-	-	-
CAETITÊ 2	a.2)	Energia comprada	-	73	(487)	-	-	-
			-	73	(487)	-	-	-
CAETITÊ 3	a.2)	Energia comprada	-	74	(492)	-	-	-
			-	74	(492)	-	-	-
Banco do Brasil S.A.		Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
		Outros	-	557	(164)	-	800	(247)
			-	557	(164)	-	800	(247)
Fundação Coelba de Previdência Complement - FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	-	-	-	6.837
			-	-	-	-	-	6.837
Neoenergia S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	46	-	-
		Dividendos	-	-	-	-	46.694	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	99.830	-
		Contrato de Mútuo	-	-	-	-	-	450
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	2.402	-
	e)	Aluguel/Comodato	-	89	(794)	-	89	(748)
			-	2.491	(794)	46	149.015	(298)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Br		Dividendos	-	-	-	-	1.176	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	2.514	-
			-	-	-	-	3.690	-
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	-	-	-	4.361	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	7.925	-
			-	-	-	-	12.286	-
Amara Brasil	f)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	399	-	-	416	-
			-	399	-	-	416	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	2.387	-	-	3.231	-
		Juros sobre capital próprio	-	543	-	-	1.864	-
			-	2.930	-	-	5.095	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluente Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 - Contrato nº 4600026039 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026042 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026043 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026044 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026045 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026046 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de setembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de energia fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Afluentes Transmissão – Contratos nº 7008092790 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 1.392 (R\$ 1.295 em 30 de setembro de 2012). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores classificados como mantido para negociação e registrados nos balanços patrimoniais com variações no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; e (b) Títulos e valores mobiliários aplicados em fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Recursos CDE - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro disponível para venda, mensurado a valor justo.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 - é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:
 - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Categoria	Ativos (Passivos)			
	30/09/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	159.103	159.103	252.479	252.479
Titulos e valores mobiliários	32.996	32.996	76.895	76.895
Contas a receber de clientes e outros	848.764	848.764	1.121.027	1.121.027
Recursos CDE	1.830	1.830	-	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.491.726	1.491.726	1.516.172	1.516.172
Passivo				
Fornecedores	(426.131)	(426.131)	(532.097)	(532.097)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2 (149.557)	(149.557)	(143.691)	(143.691)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(2.085.519)	(2.085.519)	(1.979.287)	(1.979.287)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1 (121.313)	(121.077)	(241.219)	(240.800)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2 (889.405)	(889.405)	(820.453)	(820.453)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2 78.339	78.339	(2.543)	(2.543)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;

Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 são como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 30/09/13 Valor a receber/recebido - a pagar/pago		
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		30/09/13	31/12/12		30/09/13	31/12/12
					30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12					
Contratos de swaps:													
Swap													
Ativa	Bancos Santander e Citibank	11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 /	26/06/2013 / 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1% a.a. / USD 6M LIBOR + 1,875 % a.a. 106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e	USD 150.000	USD 150.000	RS 284.912	RS 282.704	337.424	310.422			
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas	10/12/10	26/06/2015	102,87% do CDI					291.203	282.933			
									46.221	27.489	14.769		
Swap													
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a.	USD 1.373	USD 2.979	RS 4.150	RS 9.003	6.682	12.599			
Passiva				IGPM + 13,95% a.a					22.662	43.319			
									(15.980)	(30.720)	(2.033)		
Swap													
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.000	USD 50.000	RS 104.005	RS 104.005	107.070	96.988			
Passiva				CDI + 0,60% a.a.					104.375	104.305			
									2.695	(7.317)	4.886		
Swap													
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 /	14/06/18	117,65% * (Libor 3M+1,70% a.a)	USD 200.000	USD 200.000	RS 415.500	RS 415.500	448.962	409.944			
Passiva		19/11/12		CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.					416.979	416.696			
									31.983	(6.752)	21.859		
Swap													
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a.			RS 100.000	RS 100.000	149.559	143.693			
Passiva				99,5 % do CDI					136.140	128.956			
									13.419	14.757	(1.338)		
Total									78.338	(2.543)	38.144		

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para os nove meses findos em 30 de setembro de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 38.144.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar		(82.248)	(102.810)	(123.373)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	82.267	102.833	123.400
Exposição Líquida		18	23	27

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 1.036.631 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	7.910	5.933	3.955
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(17.074)	(21.342)	(25.611)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(24.218)	(30.272)	(36.327)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(53.032)	(66.290)	(79.548)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(838)	(1.048)	(1.258)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de setembro de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 218.438 sendo R\$ 216.506 em fundos exclusivos e R\$ 1.932 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	30/09/2013			
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	585.034	-	-	-
Debêntures	88.652	-	-	-
Instrumentos Derivativos	37.263	-	-	-
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	183.031	1.933.779	415.955
Debêntures	-	39.344	-	-
Instrumentos Derivativos	-	(16.529)	(50.060)	(49.012)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido por outras empresas, destacando-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES ATIVOS

Descrição	Evolução do número de clientes ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	
Residencial	4.697.229	4.557.709	88,18%	88,13%	139.520	3,06%
Industrial	19.516	20.110	0,37%	0,39%	-594	-2,95%
Comercial	328.384	317.194	6,16%	6,13%	11.190	3,53%
Rural	207.988	203.094	3,90%	3,93%	4.894	2,41%
Poder Público	46.701	46.954	0,88%	0,91%	-253	-0,54%
Iluminação Pública	16.396	16.233	0,31%	0,31%	163	1,00%
Serviço Público	10.275	9.688	0,19%	0,19%	587	6,06%
Subtotal	5.326.489	5.170.982	99,99%	99,99%	155.507	3,01%
Consumo Próprio	411	394	0,01%	0,01%	17	4,31%
Suprimento	1	1	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	5.326.901	5.171.377	100,00%	100,00%	155.524	3,01%

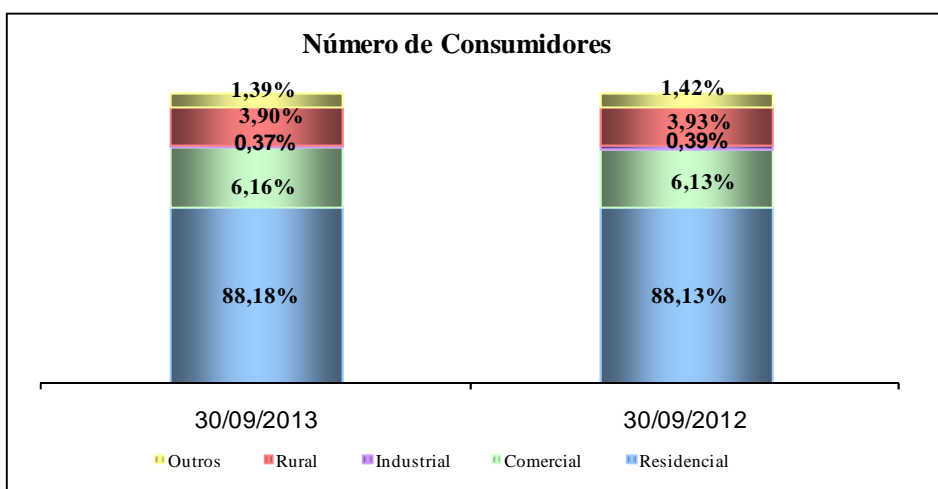
A Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2013 com um número total de 5.326.901 consumidores, o que representa um crescimento de 3,01% em relação ao mesmo período de 2012. Esse crescimento representa um incremento de 155.524 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 139.520 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados através do Programa Luz para Todos (LPT).

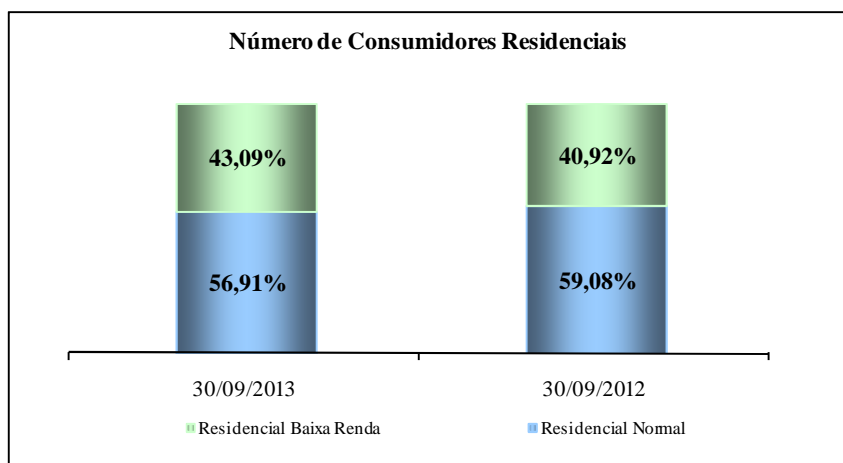
A classe industrial apresentou um decréscimo de -2,95% no número de consumidores ativos devido à migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre e às baixas contratuais.

O número de consumidores residenciais em setembro de 2013 representa 88,18% do total de clientes/contratos ativos, e destes 43,09% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em setembro de 2012 esse número era de 40,92%, e o pequeno aumento deve-se ao enquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO (%)



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL (%)



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2.1.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO REGULADO – VENDAS DE ENERGIA

	Evolução das Vendas por classe em MWh (Mercado Cativo)					
	3º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal	
	30/09/2013	30/09/2012	3º Trim/13	3º Trim/12	30/09/2013	
Residencial	1.484.402	1.315.709	38,51%	36,45%	168.694	12,82%
Industrial	661.543	706.036	17,16%	19,56%	-44.493	-6,30%
Comercial	706.584	661.058	18,33%	18,31%	45.526	6,89%
Rural	397.604	375.685	10,32%	10,41%	21.919	5,83%
Poder Público	157.137	147.005	4,08%	4,07%	10.132	6,89%
Iluminação Pública	226.508	197.946	5,88%	5,48%	28.562	14,43%
Serviço Público	216.677	202.832	5,62%	5,62%	13.844	6,83%
Subtotal	3.850.455	3.606.271	99,91%	99,91%	244.184	6,77%
Consumo Próprio	3.658	3.370	0,09%	0,09%	288	8,55%
Total	3.854.113	3.609.641	100,00%	100,00%	244.472	6,77%

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no terceiro trimestre de 2013 foi de 3.854.113 MWh, representando um acréscimo de 6,77% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 12,82%, atingindo um consumo de 1.484.402 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 38,51% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como o bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um decréscimo de 6,30% tendo esse resultado refletido a migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre fato este que vem ocorrendo em todas as distribuidoras do país, com mais vigor a partir de janeiro/12. A expectativa para o setor industrial brasileiro e baiano é de retomada gradual na produção industrial, esperando-se um retorno no ritmo de crescimento a partir do quarto trimestre de 2013.

A classe comercial apresentou um acréscimo de 6,89% com o consumo de energia evoluindo em ritmo mais forte que o verificado no ano passado, acompanhando o volume de vendas do comércio varejista baiano, que apresentou uma variação no acumulado dos últimos doze meses de 6,1% até julho/13.

A classe rural apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado crescimento de 5,83% muito em função da maior utilização de equipamentos para irrigação, como consequência da diminuição das chuvas em todo o Nordeste, atingindo a Bahia principalmente nas regiões oeste e norte, onde a participação da irrigação é relevante.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%	Contratos		Residencial	%
77.832	1,7%	4.517.721		1.484.402	38,51
2.299.217	49,4%	4.658.081		1.315.709	36,45
ITAPEBI	%	Uso Distribuidoras		Industrial	%
473.174	10,5%	71		661.543	17,16
471.881	10,1%	75		706.036	19,56
QUOTAS ANGRA	%	Mercado Livre		Comercial	%
169.610	3,8%	527.912		706.584	18,33
-	0,0%	401.895		661.058	18,31
QUOTAS REPOSIÇÃO	%	Perdas Rede Básica		Rural	%
1.983.749	43,9%	87.679		397.604	10,32
-	0,0%	85.343		375.685	10,41
TERMOPE	%	Sobras		Outros	%
143.520	3,2%	(102.738)		603.980	15,67
143.520	3,1%	281.537		551.153	15,27
NC ENERGIA	%				
1.721	0,0%				
3.033	0,1%				
AFLUENTE	%				
37.536	0,8%				
37.536	0,8%				
PROINFA	%				
100.238	2,2%				
100.523	2,2%				
MCS D	%				
10.597	0,2%				
130.466	2,8%				
LEILÃO ENERGIA NOVA	%				
1.157.632	25,6%				
997.187	21,4%				
TERMOAÇU	%				
362.112	8,0%				
364.320	7,8%				
OUTROS	%				
-					
110.400	2,4%				

Mercado Próprio	%	Mercado Livre	%
3.854.113	76,16	527.912	10,43
3.609.641	76,91	401.895	8,56
Perda Distribuição	%		
678.666	13,41		
681.561	14,52		
Uso Distribuidoras	%		
71	0,00		
75	0,00		

Injetada	Injetada
5.060.762	5.060.762
4.693.172	4.693.172

Legenda:

3º Trimestre de 2013
3º Trimestre de 2012

A energia injetada atingiu o patamar de **5.060.762 MWh** no terceiro trimestre de 2013, um crescimento de 7,83% com relação a igual período de 2012. Do total da energia injetada, 76,16% foi destinada ao consumo regulado, 10,43% para o consumo do mercado livre e 13,41% representam perdas no processo de distribuição.

O mercado livre* apresentou um aumento expressivo de 31,36% no terceiro trimestre de 2013 com relação ao mesmo trimestre de 2012, com um consumo de 527.912 MWh. Tal crescimento se deve à saída de clientes do mercado regulado para o mercado livre.

No terceiro trimestre de 2013, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um decréscimo de 0,42 ponto percentual, em relação ao mesmo período do ano anterior.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Em 30 de Setembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

**Mercado Livre – Consumidores com demanda \geq 3000KW que podem comprar de qualquer fornecedor.*

4. INVESTIMENTOS

	3º Trimestre 2013		Acumulado até 30/09/2013	
	Investimento	Subvenções	Investimento	Subvenções
	Total	Realizadas	Total	Realizadas
Distribuição	251.360	90.245	786.131	125.395
Comercialização	-	-	14	-
Administração	8.602	-	20.695	-
Total	259.962	90.245	806.839	125.395

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 3º trimestre de 2013 o montante de R\$ 259.962, sendo R\$ 90.245, equivalente a 34,71% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensão;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

4.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,36 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até setembro de 2013, a distribuidora já realizou 516.263 ligações, encontra-se em execução 8.600 e a executar 58.987.

	30/09/2013
Ligações executadas até 2012	495.460
Ligações executadas no período de Jan. a Set. de 2013	20.803
Total de ligações executadas	516.263
Em execução	8.600
A executar	58.987
Ligações Totais do Programa LPT	583.850

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO TRIMESTRE

	3º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
	Reapresentado			
Receita Bruta	1.587.764	2.038.506	(450.742)	-22,11
Deduções da Receita Bruta	(398.902)	(533.742)	134.840	-25,26
Receita Líquida	1.188.862	1.504.764	(315.902)	-20,99
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(891.145)	(1.043.864)	152.719	-14,63
Resultado Bruto	297.717	460.900	(163.183)	-35,41
Outras Despesas Operacionais	(159.155)	(212.541)	53.386	-25,12
Resultado do Serviço (I)	138.562	248.359	(109.797)	-44,21
Amortização / Depreciação	59.344	64.207	(4.863)	-7,57
EBITDA	197.906	312.566	(114.660)	-36,68
Resultado Financeiro (II)	(25.887)	(53.967)	28.080	-52,03
Resultado Operacional (I) + (II)	112.675	194.392	(81.717)	-42,04
IR e CSLL	(16.175)	(29.310)	13.135	-44,81
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	96.500	165.082	(68.582)	-41,54
Lucro do Período	96.500	165.082	(68.582)	-41,54

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2013 uma Receita Bruta de R\$ 1.587.764 (R\$ 2.038.506 no terceiro trimestre de 2012), representando uma redução de 22,11%, e uma Receita Líquida de R\$ 1.188.862 (R\$ 1.504.764 no terceiro trimestre de 2012), representando uma redução de 20,99%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Redução da receita com o fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 93.601 (-14,15%), devido a:
 - ✓ Redução de tarifa de energia conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº. 1.429, de 24 de janeiro de 2013.
 - ✓ Redução de tarifa de energia conforme Resolução Homologatória nº. 1.511, de 22 de abril de 2013.
- Redução da receita de construção em R\$ 151.560 (-41,67%) devido à redução de investimentos comparados ao período anterior.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação –fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Dessa forma não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Crescimento de outras receitas no montante de R\$ 23.336 (+146,53%) em decorrência, principalmente, da receita com ressarcimento de energia no valor total de R\$ 10.033 no terceiro trimestre de 2013 e de receita com prestação de serviço em função de encerramento de ordens em curso no valor total de R\$ 14.133 mil no terceiro trimestre de 2013.
- Redução de ICMS, PIS e Cofins (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 60.974, R\$ 3.066 e R\$ 13.827 (-19,36%, -11,73% e -11,50%), respectivamente, em decorrência, principalmente, da redução da receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Não realização do encargo da quota de reserva global de - RGR em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013.
- Não realização do encargo conta consumo de combustível – CCC em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória da Aneel nº 1429, de 24 de janeiro de 2013.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre		Variação	
	2013	2012 Reapresentado	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(497.122)	(520.799)	23.677	-4,55
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(37.973)	(72.890)	34.917	-47,90
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(2.432)	(2.281)	(151)	6,62
	<u>(537.527)</u>	<u>(595.970)</u>	<u>58.443</u>	<u>-9,81</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	(76.918)	(65.108)	(11.810)	18,14
Material	(13.061)	(2.635)	(10.426)	395,67
Serviços de terceiros	(124.906)	(125.754)	848	-0,67
Depreciação e amortização	(59.344)	(64.207)	4.863	-7,57
Provisões Líquidas - PCLD	(9.173)	(25.568)	16.395	-64,12
Provisões Líquidas - Contingências	11.789	(5.263)	17.052	-324,00
Custo de Construção	(212.130)	(363.690)	151.560	-41,67
Outros	(29.030)	(8.210)	(20.820)	253,59
	<u>(512.773)</u>	<u>(660.435)</u>	<u>147.662</u>	<u>-22,36</u>
Total	<u>(1.050.300)</u>	<u>(1.256.405)</u>	<u>206.105</u>	<u>-16,40</u>

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2013 correspondem a R\$ 1.050.300 (R\$ 1.256.405 no mesmo período de 2012), representando uma redução de R\$ 206.105 (-16,40%).

Contribuíram para esse resultado:

- Redução do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 23.677 (- 4,55%), devido ao ressarcimento de energia repassados pela Eletrobrás à Concessionária de Distribuição na conta corrente vinculada ao aporte de garantias financeiras junto à Câmara de Comercialização de energia Elétrica – CCEE - com recursos Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – nos termos do Decreto 7.945, de 7 de março de 2013, referentes ao ajuste dos valores apurados de risco hidrológico, de exposição involuntária ao montante de reposição não recontratado e de ESS – CMSE, conforme Despachos Aneel 2701/2013, 2819/2013, 3020/2013 e 3281/2013 e ao impacto no custo de energia, decorrente do Despacho ANEEL 2929/2013 e relatório de receita de venda da CCEE (divulgado em 14/10/2013,) que garantem o direito aos créditos da retificação dos ajustes provenientes de uma diferença de preço ocorrida em 2012 para os geradores Porto Itaquí e Parnaíba (Nova Venécia).
- Redução do custo com encargos de uso do sistema de transmissão no montante de R\$ 34.917 (- 47,90%), devido à redução da energia transportada pela rede, bem como a redução das tarifas de uso conforme Medida Provisória 579/2012 e lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.
- Crescimento da despesa com pessoal e administradores no montante de R\$ 11.810 (+ 18,14%), em decorrência, principalmente de transferência de ordens em curso, reajuste salarial do dissídio coletivo a partir de novembro de 2012 com impacto nas rubricas de remunerações, encargos sociais, férias, 13º salário, dentre outros e, também, em decorrência de regularização de depósitos de contencioso trabalhista.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Crescimento da despesa com material no montante de R\$ 10.426 (+395,67%), em função de encerramento de ordem em curso.
- Redução da despesa com serviços de terceiros no montante de R\$ 848 (-0,67%), devido, principalmente a gastos indevidos capitalizados decorrentes de ajustes na Base de Remuneração no valor de R\$ 33.478 no terceiro trimestre de 2012. Porém, vale ressaltar o crescimento de serviços no terceiro trimestre de 2013, em algumas contas em função de: (i) reajuste dos serviços; (ii) aumento no volume de serviços realizados com inspeção técnica, manutenção corretiva, manutenção preventiva do sistema elétrico, manutenção de linha viva e manutenção/conservação de software; (iii) serviço de manutenção de cadastro para serviço de levantamento georeferenciado.
- Redução das provisões líquidas – PCLD no montante de R\$ 16.395, em decorrência da política de cobrança adotada com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na política de parcelamento com redução do prazo e no aumento do volume das operações de cobrança. Neste contexto, as ações de cobrança que se destacaram foram: (i) A atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança com volume de recuperação de R\$ 51 milhões em 2013, representando um aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior; (ii) Atuação nas maiores dívidas dos clientes das classes industrial e comercial; (iii) Aumento de 16% nas inclusões em órgãos restritivos de proteção a crédito (SPC e Serasa) em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Redução do custo de construção em R\$ 151.560 (-41,67%) devido a queda do volume de investimentos. Vide comentários acima na Receita de Construção.
- Redução de provisões líquidas – contingências no montante de R\$ 17.052 (-324,00%) devido a maior realização de reversão de Processos Trabalhistas e Cível em função de encerramento de processos.
- Crescimento de outras despesas no montante de R\$ 20.821 (+ 253,61%) devido a maior realização de indenização de Processos Trabalhistas de terceiros e Processo Cível em função de encerramento de processos.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	3º Trimestre		Variação	
	2013	2012 Reapresentado	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	6.308	5.272	1.036	19,65
Juros, comissões e acréscimo moratório	15.586	20.716	(5.130)	(24,76)
Encargos, variação cambial, monetária e swap (Líquidas)	(75.622)	(61.670)	(13.952)	22,62
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	27.841	(18.285)	46.126	(252,26)
Total	(25.887)	(53.967)	28.080	(52,03)

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 25.887 no terceiro trimestre de 2013, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 53.967 no mesmo período de 2012, representando uma variação positiva de R\$ 28.080.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento de Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas), em R\$ 13.952, justificado pelo aumento da despesa com variação monetária e cambial e operações swap.
- Aumento de outras receitas (despesas) financeiras líquidas em R\$ 46.126, devido à apropriação da Receita com atualização monetária do ativo Financeiro da Concessão em 2013 e a redução de outras despesas financeiras, onde no terceiro trimestre de 2013 foi R\$ 2.423 e o terceiro trimestre de 2012 foi R\$ 8.852.

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado Até		Variação % 2013/2012
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	5.179.821	5.891.211	-12,08%
Receita Operacional Líquida	3.842.452	4.217.278	-8,89%
EBITDA	816.919	926.552	-11,83%
Resultado do Serviço	616.249	745.263	-17,31%
Resultado Financeiro sem JSCP	-101.552	-174.356	-41,76%
Lucro Líquido	434.008	481.153	-9,80%
Margem EBITDA (%)	21,3%	22,0%	-3,23%
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	26,3%	27,5%	-4,21%
Margem Operacional (%)	16,0%	17,7%	-9,25%
Margem Líquida (%)	11,3%	11,4%	-1,00%
Indicadores Financeiros			
	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	Variação % 2013/2012
Ativo Total	6.973.082	6.537.383	6,66%
Dívida Bruta	3.167.455	2.801.239	13,07%
Patrimônio Líquido	2.778.571	2.335.780	18,96%
Investimentos	806.839	1.018.439	-20,78%
Dívida Total Líquida	2.975.356	2.544.765	16,92%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	2,48	2,13	16,67%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + PL)	0,52	0,52	-0,83%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,18	0,11	61,27%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,40	0,36	11,52%
Indicadores de Produtividade			
	30/09/2013	30/09/2012	2013/2012
Nº de Empregados	2.500	2.534	-1,34%
Nº de Consumidores	5.326.901	5.171.377	3,01%
Consumidores/Empregados	2.131	2.041	4,41%
Custos/Consumidores	-0,16	-0,17	-2,14%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	1.537	1.664	-7,65%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses

(**) ROL sem a Receita de Construção

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 30 de Setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O número de consumidores apresentou um crescimento de 3,01%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando negativamente pela redução da receita líquida.

Conciliação EBITDA (*)	3º Trim.		Variação % 2013/2012	Acumulado Até		Variação % 2013/2012
	2013	2012 Reapresentado		30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	
Lucro líquido	96.500	165.082	-41,5%	434.008	481.153	-9,8%
Despesas financeiras	224.779	89.867	150,1%	542.431	354.294	53,1%
Receitas financeiras	-198.892	-35.900	454,0%	-440.879	-179.938	145,0%
Imposto de renda	11.936	24.756	-51,8%	67.978	76.092	-10,7%
Depreciação e Amortização	59.344	64.207	-7,6%	200.670	181.289	10,7%
Amortização de ágio	4.239	4.554	-6,9%	12.711	13.662	-7,0%
EBITDA	197.906	312.566	-36,7%	816.919	926.552	-11,8%

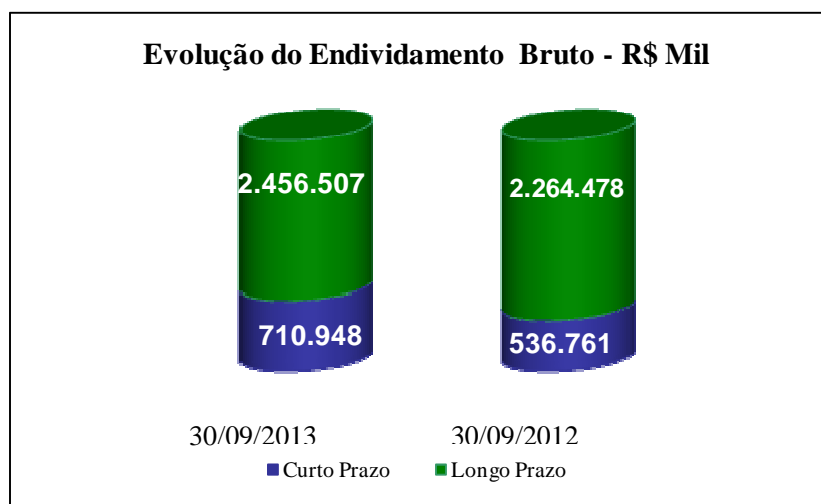
6. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 2.801.239 em 30 de setembro de 2012 para R\$ 3.167.455 em 30 de setembro de 2013. Este acréscimo de 13,07% ocorreu principalmente em função de novas captações e ingressos financeiros de contratos já existentes.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o terceiro trimestre de 2013 com R\$ 2.975.356 (R\$ 2.544.765 em 30 de setembro de 2012), 16,92% maior do que a verificada no período anterior.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,13 em 30 de setembro de 2012 para 2,48 em 30 de setembro de 2013 devido a evolução de dívida líquida ter sido inferior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.



**Companhia de Eletricidade do
Estado da Bahia – COELBA**
Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2013
e relatório de revisão

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados na Nota 2.3 foram alterados em decorrência dos assuntos mencionados na referida Nota. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e os respectivos ajustes de reapresentação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de agosto de 2013, sem ressalva.

Salvador, 30 de outubro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-o "S" BA